



BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

SUMÁRIO

Relatório da Administração.....	2
Balanco Patrimonial.....	6
Demonstração do Resultado do Exercício.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	12
Parecer do Conselho Fiscal.....	28
Relatório dos Auditores Independentes.....	29

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

EXERCÍCIO DE 2020

Contexto Operacional:

A Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos é a denominação de uma Associação civil, para fins não econômicos, conforme disposto no art. 53 do Código Civil Brasileiro, constituída em assembleia geral em 25 de outubro de 2010. Tem por objetivo, a operação de planos privados de assistência à saúde, individuais, familiares e coletivos, através da garantia de cobertura de custos de assistência médica, hospitalar, ambulatorial, laboratorial, dos integrantes dos citados Planos de Saúde, por ela disponibilizados, mediante, exclusivamente, o credenciamento de terceiros, técnica e legalmente habilitados, para o exercício de atividades na área da saúde.

Política de destinação de superávits:

O resultado positivo aferido no decorrer do ano destinou-se à formação dos ativos garantidores e margem de solvência.

Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência na “performance” da entidade no resultado do exercício:

Neste exercício foi realizada uma expansão de atendimentos com a abertura de novos postos de atendimentos, bem como, a elaboração de planejamento estratégico com o objetivo de criar metodologia de verticalização da rede de atendimento.

Dessa forma, com o acréscimo de consultórios foi aprimorado o atendimento de consultas dos usuários do Plano Standard em um único local, com a finalidade de melhor controlar o prazo de atendimento dentro dos limites estipulados nas normas da ANS.

Deve-se ressaltar, também, a elaboração de processos e formatação de protocolos, buscando com isso, mais eficiência, resolutividade e controle de custos.

Reorganizações societárias e/ou alterações de controle direto ou indireto:

Durante o exercício de 2020 não ocorreram mudanças no Quadro Societário do Plano, nem alterações sobre o controle exercido na Operadora, tão pouco mudanças na Gestão que exercessem de alguma forma influência significativa na Operação, ademais os investimentos em Tecnologia da Informação para aprimorar os controles de dados estatísticos econômicos/financeiros e de produção, foi devidamente implantado e segue constante acompanhamento pra que validação das melhorias esperadas em prol da qualidade e custo/benefício.

Assim, promovemos workshop para nivelamento de contexto com o viés de elaboração de indicadores das áreas que por sua vez, estão disponíveis no modelo gestão a vista, otimizando o processo de gerenciamento dos dados e acompanhamento para direcionamentos com base em dados.

O novo sistema está sendo objeto de aprimoramento por parte dos nossos colaboradores para que o atingimento das metas de controles internos seja o mais rápido possível.

Perspectivas e planos da administração para os exercícios seguintes:

a) Processo de redução da Sinistralidade:

Tendo em vista o constante aumento dos custos da assistência médica em nosso País e as diversas alterações e inclusões no Rol de Procedimentos imposto pela Agência Nacional de Saúde, continuamos a atuar no sentido de reduzir a sinistralidade em 10% alinhado em 75 pontos percentuais o qual compreendermos atender os objetivos referente as despesas assistenciais propostas pela operadora, proporcionando um melhor equilíbrio financeiro.

b) Implantação de Governança Corporativa e LGPD:

Buscando a adequação e conformidade de nossos processos internos, além de mais controles e mais alinhamentos com as práticas normativas sugeridas pela ANS e pelos órgãos Federais. Estamos em elaboração de cronograma para implantação de compliance e aperfeiçoamento dos controles internos existentes, inclusive os submetendo a análise de auditorias, consultorias de mercado.

c) Reestruturação e Redução de custos da Rede de Atendimento:

Seguimos em contato permanente com a rede credenciada a fim de em comum acordo, acharmos soluções e resolutividade mais eficazes nos procedimentos, aumentando a relação de confiança da cadeia de atendimento, operadora, serviços e usuários, eliminando com isso, eventuais desperdícios em busca de reduzirmos as despesas em aproximadamente 15%.

As reestruturações seguem em curso em nossa rede de prestadores de serviços credenciados a fim de distribuir melhor os serviços de atendimento, tendo em vista o processo de crescimento que estamos desenvolvendo junto à área comercial e a Diretoria Executiva da Associação.

d) Agregação de novos produtos:

A agregação de novos produtos à Operadora é uma tendência positiva adotada pelo mercado dando condições de oxigenar o fluxo financeiro. Trata-se de produtos que são operacionalizados por terceiros, deixando margens mais interessantes sem gerar custos.

O Plano Santa Casa Saúde, sempre na vanguarda do mercado vem elaborando novos produtos que tem por objetivo trazer benefícios do segmento saúde.

Descrição dos principais investimentos realizados, objetivo, montantes e origens dos recursos alocados, inclusive aqueles voltados ao Programa de Promoção e Prevenção à Saúde:

a) Auditoria Médica: Investimento

Estamos em contínua especialização de nossa auditoria, e nosso projeto será desenvolver condições estruturais para controlar as autorizações de internação em nossos prestadores de serviços hospitalares a fim de controlar os custos de internações sem prejuízo da qualidade no atendimento assistencial.

As atividades de auditoria em prestadores externos, ou seja, fora da Cidade de Santos estão sendo intensificadas a fim de não admitir internações desnecessárias e ou de longa permanência.

b) Marketing: Investimento

Continuamos com a política de intensificar as atividades de Marketing para colocar em prática os objetivos traçados para a área comercial, além de fortalecer institucionalmente a Marca Santa Casa em nossa Região, produzindo anúncios, peças publicitárias, livretos, cartazes, banners e elaborando as transformações necessárias no intuito de aumentar o número de beneficiários em nossa carteira.

Disponibilizaremos um novo e aperfeiçoado portal para melhor atender nossos beneficiários, com serviços online como: Chatbot (plataforma conversacional de nome Isabel), Solicitações de autorizações de guias, vendas (compras) online entre outros.

c) Estrutura Comercial: Investimento

Estamos implementando como objetivo de crescimento nas vendas de nossos produtos uma plataforma comercial que permita a regionalização de vendas juntamente com parceiros terceirizados nas regiões do litoral norte e sul do estado, com o objetivo de alavancar o número de usuários naquelas áreas. Tendo em vista este objetivo, transformamos a política de comissionamento para dar apoio a este projeto.

Estamos também reestruturando a área de atendimento corporativo as empresas clientes criando um conceito de fidelização do usuário ao nosso Plano de Saúde com o objetivo de acompanhar clinicamente os usuários através de nossos Programas de Promoção a Saúde e Prevenção a doenças.

Implantada nova estratégia comercial com nova gerência realinhada com a Diretoria, visando readequações de fluxos de trabalho e papéis internamente.

d) Programas de Promoção à Saúde e Prevenção a Doenças: Investimento

Dando continuidade ao plano traçado em 2015, continuamos trabalhando no referencial de atendimento para os pacientes captados nos programas com a criação de um centro de atendimento de alta resolução para os pacientes, contendo consultórios de clínica médica especializada em Pronto atendimento. Esses pacientes devem ser mantidos em tratamento contínuo e com baixo custo ambulatorial.

e) Qualidade Assistencial

Nesse aspecto destacamos nossa expansão de atendimentos nas cidades de Bertioga, Praia Grande e Santos, realizando parceria com novos postos de atendimento ambulatorial e pronto atendimento.

Viabilizando retaguarda com qualidade e eficiência no atendimento ao beneficiário do Plano Santa Casa.

Foi disponibilizado um novo canal de contato com nossos beneficiários em estrutura própria, visando melhorar a relação e o cuidado com nossos beneficiários. Permitindo mais humanização, acolhimento, atenção e construção de políticas de qualidade que aprimoram nossos processos junto a rede de atendimento com feedbacks conscientes dos beneficiários.

Notado melhor performance nos controles interno e administrativos na comparação com o mesmo período do ano anterior, tivemos um avanço positivo na construção de ações conjuntas com esforço em aumentar a eficiência na gestão.

f) Instituição Comitê responsável pelas ações da PANDEMIA COVID-19

Incentivado o desenvolvimento e elaboração de novos serviços para auxiliar e aprimorar administração. Neste sentido, estão sendo criadas estruturas operacionais e tecnológicas com relevada importância, pautadas pelos conceitos de Governança Corporativa, Compliance com vistas a elaboração de regras, limites e processos que norteiam aprimorar a gestão da administração.

Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento:

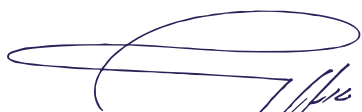
A Operadora não possui valores mobiliários ofertados publicamente ou quaisquer títulos ou contratos de investimento coletivo que gerem direito de participação, de parceria ou remuneração, inclusive resultante da prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros sujeitos às regras e à fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários.

Isso posto, cabe ressaltar que a decisão da Diretoria é de manter todos os investimentos financeiros dentro do patamar exigido pela ANS, não havendo nenhuma intenção de alterar esses pressupostos, para maior garantia da saúde financeira da nossa entidade.

Isto posto, também deve-se ressaltar a elaboração de estudos para a criação e desenvolvimento de setores para cuidarem da gestão de risco, de compliance e de governança corporativa elementos essenciais, atualmente, para se fazer uma administração com o binômio eficiência e resultados.

Conclusão

A associação do Plano de Saúde da Santa Casa, entende que o momento causado pela pandemia do coronavírus no Brasil, exigiu muita concentração, foco, flexibilidade, energia em mudanças e adaptação necessárias no resultado da instituição.



PAULO WIAZOWSKI FILHO
PRESIDENTE



AUGUSTO CAPODICASA
DIRETOR ADM/FINANCEIRO

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

QUADRO I - BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(EM REAIS)

ATIVO	NE	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO CIRCULANTE		48.976.272	60.255.575
Disponível	3	1.808.039	2.295.630
Realizável		47.168.232	57.959.945
· Aplicações Financeiras	4	29.927.692	25.893.776
- Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		24.988.582	24.542.736
- Aplicações Livres		4.939.110	1.351.040
· Créditos de Operações c/ Planos de Assist à Saúde	5	3.984.910	6.940.516
- Contraprestação Pecuniária a Receber		3.386.770	6.940.516
- Outros Créditos de Operação de Assist. à Saúde		598.140	-
· Créditos Tributários e Previdenciários		152.015	74.060
· Bens e Títulos a Receber	6	13.079.412	25.032.634
· Despesas Antecipadas		24.203	18.959
ATIVO NÃO CIRCULANTE		40.188.278	51.604.184
Realizável a Longo Prazo		13.678.033	46.766.872
· Créditos Tributários e Previdenciários		-	-
· Títulos e Créditos a Receber	7	13.208.868	41.110.048
· Despesas de Comercialização Diferidas		-	-
· Ativo Fiscal Diferido		-	-
· Depósitos Judiciais e Fiscais		469.165	426.070
· Outros Créditos a Receber a Longo Prazo		-	5.230.753
Investimentos		92.944	90.154
· Participações Societárias por Equival. Patrimonial		-	-
· Participações Societárias pelo Método de Custo		-	-
· Outros Investimentos		92.944	90.154
Imobilizado	8	26.390.690	4.693.200
· Imóveis de Uso Próprio		-	-
- Imóveis - Hospitalares / Odontológicos		-	-
- Imóveis - Não Hospitalares / Odontológicos		-	-
· Imobilizado de Uso Próprio		-	-
- Hospitalares / Odontológicos		-	-
- Não Hospitalares / Odontológicos		1.510.451	1.497.201
· Imobilizações em Curso		-	-
· Outras Imobilizações		24.880.239	3.195.998
Intangível	9	26.611	53.959
TOTAL ATIVO		89.164.550	111.859.758

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

QUADRO I - BALANÇOS PATRIMONIAIS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(EM REAIS)

PASSIVO	NE	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO CIRCULANTE		34.391.484	52.979.844
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde	10	28.041.804	29.039.513
· Provisão de Contraprestações		28.041.804	29.039.513
- Provisão de Contraprestações Não Ganhas		6.265.614	6.286.525
· Prov. de Eventos a Liquidar para SUS		2.251.001	2.381.766
· Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores		12.722.373	13.341.999
· Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		6.802.817	7.029.223
Débitos de Operações de Assist. à Saúde	11	727.769	1.303.443
- Receita Antecipada de Contraprestações		171.918	430.602
- Comercialização sobre Operações		555.851	872.841
Tributos e Contribuições a Recolher	12	1.500.660	1.839.593
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	13	1.117.981	11.245.460
Débitos Diversos		3.003.269	9.551.835
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		3.140.141	2.309.129
Provisões Técnicas			
· Provisão de Contraprestações		-	-
- Provisão de Contraprestações Não Ganhas		-	-
· Prov. de Eventos a Liquidar para SUS		2.191.694	1.678.792
· Prov. de Eventos a Liquidar Outros Prestadores		-	-
· Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados - PEONA		-	-
· Outras Provisões Técnicas		-	-
Provisões			
- Provisões Tributos Diferidos		-	-
- Provisões para Ações Judiciais		469.165	630.337
Tributos e Contribuições a Recolher		-	-
Empréstimos e Financiamentos a Pagar		-	-
Débitos Diversos		479.283	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		51.632.925	56.570.786
	15		
· Capital Social		51.574.481	56.506.849
· Adiantamento para Futuro Aumento Capital		-	-
· Reservas		-	-
· Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-
· Ações em Tesourarias		-	-
· Prejuízos Acumulados		58.444	63.937
TOTAL PASSIVO		89.164.550	111.859.758

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
QUADRO II - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (EM REAIS)

	NE	31/12/2020	31/12/2019
Receita de Contraprestações Efetivas		310.119.310	306.566.334
· Receitas com Operações de Assistência à Saúde		311.814.425	307.571.783
· Contraprestações Líquidas	16	310.077.877	307.571.783
· +/(-) Variação de Provisões Técnicas		1.736.547	-
· Receita com Administração		-	-
· (-) Tributos Diretos de Oper. com Planos de Assist.		(1.695.114)	(1.005.449)
(-) Eventos Indenizáveis Líquidos		(254.716.727)	(264.973.633)
· Eventos Conhecidos ou Avisados	17	(253.206.586)	(268.205.651)
· Var. da Prov. de Eventos Ocorridos e Não Avisados		(1.510.141)	3.232.018
(=) RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PLANOS DE ASSIST.		55.402.583	41.592.701
(+/-) Outras Rec. / Desp. Operacionais			
· Outras Rec. Operac. de Planos de Assist. à Saúde		-	-
· Rec. Operac. de Assist. à Saúde Não Relac com Planos de Saúde		4.599.518	2.690.307
· Outras Receitas Operacionais		4.599.518	2.690.307
· (-) Outras Desp. Operac. com Planos de Assist. à Saúde		(8.739.101)	(1.778.196)
· Outras Desp. Operac. de Planos de Assist. à Saúde		(6.927)	(1.706)
· Provisão para Perdas de Crédito		(8.732.174)	(1.776.490)
· (-) Desp. Operac. de Assist. à Saúde Não Relac c/ Planos		(5.219.975)	(4.992.415)
(=) RESULTADO BRUTO		46.043.025	37.512.397
· (-) Despesas Comercialização	19	(7.974.333)	(7.694.983)
· (-) Despesas Administrativas	20	(38.236.722)	(32.988.060)
(=) RESULTADO OPERACIONAL			
· Resultado Financeiro	21	422.928	482.701
· Receita Financeira		2.374.016	2.642.989
· Despesa Financeira		(1.951.087)	(2.160.289)
· Resultado Patrimonial		-	-
(=) RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		254.898	(2.687.945)
· (-) Imposto de Renda		-	-
· (-) Contribuição Social		-	-
(=) RESULTADO LÍQUIDO		254.898	(2.687.945)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
QUADRO III - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (EM REAIS)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Exercício	254.898	(2.687.945)
Outros Componentes do Resultado Abrangente		-
· Variação do Valor Justo do Ativo Financeiro Disponível para Venda	-	-
·	-	-
·	-	-
· Efeitos Tributários sobre Outros Componentes do Resultado Abrangente	-	-
Total	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	254.898	(2.687.945)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
QUADRO IV - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (EM REAIS)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	ADIANTAMENTO P/ AUM. DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE LUCRO	AJUSTES DE AVAL. PATRIMONIAL	PREJÚZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	56.111.571	-	-	-	-	2.886.768	58.998.339
Ajustes de Exercícios Anteriores	395.277	-	-	-	-	(134.885)	260.391
Lucro / Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	(2.687.945)	(2.687.945)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	56.506.849	-	-	-	-	63.938	56.570.786
Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 4)	(4.932.368)	-	-	-	-	(260.392)	(5.192.760)
Lucro / Prejuízo do Exercício	-	-	-	-	-	254.898	254.898
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	51.574.481	-	-	-	-	58.444	51.632.925

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
QUADRO V - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
 (EM REAIS)

	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		
(+) Recebimentos de Plano Saúde	293.023.941	290.893.641
(+) Resgate de Aplicações Financeiras	128.401.565	175.105.365
(+) Recebimentos de Juros de Aplicações Financeiras	669.842	1.333.304
(+) Outros Recebimentos Operacionais	9.069.504	18.223.334
(-) Pagamentos a Fornecedores/Prestadores de Serviço de Saúde	(264.866.460)	(287.669.870)
(-) Pagamentos de Comissões	(5.477.143)	(5.755.821)
(-) Pagamentos de Pessoal	(3.990.072)	(3.558.093)
(-) Pagamentos de Pró-Labore	(575.330)	(384.691)
(-) Pagamentos de Serviços Terceiros		
(-) Pagamentos de Tributos	(11.034.926)	(11.901.930)
(-) Pagamentos de Processos Judiciais (Cíveis/Trabalhistas/Tributárias)	-	(2.000)
(-) Pagamentos de Aluguel	(1.725.006)	(1.486.251)
(-) Pagamentos de Promoção/Publicidade	(1.107.547)	(826.303)
(-) Aplicações Financeiras	(132.300.862)	(177.478.654)
(-) Outros Pagamentos Operacionais	(4.184.593)	(6.054.221)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	5.902.913	(9.562.191)
Atividades de Investimento	-	-
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(2.108.452)	(1.951.993)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(300)	(300)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.108.752)	(1.952.293)
Atividades de Financiamento		
(+) Integralização Capital em Dinheiro		
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	58.306.341	118.453.960
(+) Títulos (Recebíveis) Descontados	7.976.383	-
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(648.380)	(585.227)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(69.916.095)	(106.647.851)
(-) Outros Pagamentos das Atividades de Financiamento *		
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(4.281.751)	11.220.882
Variação Líquida do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	(487.590)	(293.601)
Saldo Inicial do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	2.295.630	2.589.231
Saldo Final do Caixa e dos Equivalentes de Caixa	1.808.039	2.295.630
Ativos Livres no Início do Período (*)	2.295.630	2.589.231
Ativos Livres no Final do Período (*)	1.808.039	2.295.630
Aumento/(Diminuição) nas Aplicações Financeiras – RECURSOS LIVRES	(487.590)	(293.601)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(EM REAIS - R\$)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

A ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS é uma associação civil, sem fins lucrativo, fundada em 25/10/2010, tendo como registro definitivo da ANS sob nº 41802-1, e está habilitada a prática das atividades que são atribuídas pela regulamentação aplicável, atuando como Operadora de Planos de Saúde.

Todos os recursos recebidos pela Associação são direcionados em suas finalidades institucionais, em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas e investimentos patrimoniais.

A operadora é considerada uma seguradora atípica, não presta serviços diretamente aos beneficiários limitando-se assim securitariamente à responsabilidade pelo pagamento de serviços médicos hospitalares à rede contratada, possuindo isenção de IRPJ e CSLL.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e estão sendo apresentadas conforme normas e instruções da Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS.

Conforme Resolução Normativa – RN nº. 435 de 23 de novembro de 2018, à adoção da nova versão do Plano de Contas Padrão – ANS pelas Operadoras de Plano de Assistência à Saúde é obrigatório para os registros dos fatos contábeis ocorridos a partir de 01 de janeiro de 2019. A operadora possui 81.607 usuários com uma receita de contraprestação de R\$ 310.077.877,39 apurada durante o exercício.

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC TG 1000).

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão da Entidade.

2.1 Demonstrações financeiras

2.1.1 Segregação de ativos e passivos entre circulante e não circulante

Ativos ou passivos circulantes, são aquelas cuja expectativa de realização ou desembolso não seja maior que 12 meses após a data do balanço.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A Entidade utiliza como moeda funcional o Real e as demonstrações contábeis estão apresentados em reais (exceto quando indicado de outra forma).

2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de Alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

2.4 Ativos financeiros

2.4.1 Classificação, reconhecimento e mensuração

As compras e as Vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Operadora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem os ativos financeiros mantidos para negociação, e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à conta de resultado. Suas variações são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado obtido, para instrumentos não derivativos.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, e compreendem o contas a receber de clientes, partes relacionadas e caixa e equivalentes de caixa, e são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

2.4.2 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.4.3 Impairment de ativos financeiros

A Entidade avalia no final de cada período de apresentação do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Entidade utiliza para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emitente ou tomador;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante do déficit é mensurado como sendo a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa de juros efetiva determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Operadora pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.5 Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pessoa física (Plano Individual) e/ou Plano Coletivos junto a operadoras de saúde pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Entidade, deduzidos da provisão para *impairment*, quando aplicável.

O cálculo da provisão é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas.

Nesse sentido, diariamente a área de Financeiro da Entidade analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes Planos Individuais e Planos Coletivos, selecionando os clientes cujas faturas estejam vencidas para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido, considerando a situação financeira do cliente e envolvimento da área Jurídica em alguma execução. O resultado desse julgamento estabelece um percentual que é aplicado sobre o saldo das faturas detidas contra o cliente e determina o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado do exercício na rubrica "Reversão Contas a Receber".

2.6 Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo o valor de reposição.

2.7 Ativos Intangíveis

(a) Desenvolvimento e implantação de sistemas (*softwares*)

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: (i) é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso; (ii) a Administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo; (iii) o *software* pode ser vendido ou usado; (iv) o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; (v) estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e (vi) o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear.

2.8 Imobilizado

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se as respectivas taxas fiscais. As taxas anuais de depreciação estão mencionadas na Nota 8.

O custo das principais reformas é capitalizado quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Reparos e gastos com manutenção são apropriados ao resultado no período de competência.

Os custos dos encargos sobre empréstimos e financiamentos são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, caso aplicável, ao final de cada exercício.

Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para *impairment* de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.9 *Impairment* de ativos não financeiro exceto ágio

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros,

exceto o ágio, que tenham sido ajustados por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço.

2.10 Contas a pagar aos fornecedores

Correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços como materiais e medicamentos destinados adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. São normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.11 Ativos e passivos contingentes

(a).Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado e cujo valor seja possível de mensurar. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;

(b).Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Entidade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Processos trabalhistas são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes de natureza tributária e civil avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

2.12 Reconhecimento de Receita

(a) Receita Operacional

A Entidade reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade, e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos em cada uma das prestações de serviços realizados, quais sejam transferência de propriedade e do risco ao cliente, comprovação da transação segundo evidências correspondente utilizado e confirmação do crédito para a realização da transação. A receita é o rendimento líquido dos serviços, após dedução de impostos, descontos concedidos.

A escrituração contábil obedece ao Plano de Contas Padrão da ANS para operadoras de Plano de Assistência à Saúde em vigor.

(b) Receita Financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização provável.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	-	-
Bancos	1.808.039	2.295.630
	1.808.039	2.295.630

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, sendo que as Empresas consideram equivalentes de caixa os valores que são realizáveis e conversíveis imediatamente em caixa.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2020	31/12/2019
Vinculadas ANS	24.988.582	24.542.736
Não vinculadas (Lastro ANS)	4.939.110	1.351.040
	29.927.692	25.893.776

A entidade constituiu ativos garantidores com aplicações financeiras para lastrear as provisões técnicas de acordo com regras estabelecidas pela ANS.

As aplicações financeiras vinculadas, referem-se a aplicações em CDB no Banco Santander, para cumprir a Resolução Normativa nº 227 que dispõe de recursos garantidores das Provisões Técnicas e alterações posteriores.

5. CONTAS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Plano Individual	1.516.169	2.188.518
Plano Individual Odontológico	8.030	16.304
Plano Coletivo por adesão	8.747	8.462
Plano Empresarial	1.957.780	5.638.529
Suspensão referente a reajuste	598.140	
	4.088.866	7.851.813
Provisão para perdas sobre créditos	(103.956)	(911.297)
Total	3.984.910	6.940.516

Refere-se às mensalidades do Plano de Saúde – Individual e Empresarial, o valor composto se refere aos planos na modalidade de Pré-pagamento, que são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de resultado de contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde.

A Provisão para perdas sobre créditos de contraprestações efetiva é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos a mais de 60 dias para Planos individuais e vencidos a mais de 90 dias para planos coletivos.

6. BENS E TÍTULOS A RECEBER

	31/12/2020	31/12/2019
Estoques	202.447	91.293
Adiantamentos Funcionários	42.826	9.055
Adiantamentos a prestadores	173.277	6.284.368
Adiantamentos a fornecedores	403.338	15.822
Confissões de dívida e repactuações	2.371.687	4.743.227
Recursos de Glosas a receber	-	13.754.282
Títulos e Créditos a Receber – CP	8.316.288	-
Outros Bens a Receber	1.569.549	134.587
	13.079.412	25.032.634

Saldo refere-se ao efeito de segregação entre curto e longo prazo, dos valores a receber oriundos de cessão de direito de uso da marca, objeto de explicação na nota explicativa 7, a seguir.

7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER (LONGO PRAZO)

	31/12/2020	31/12/2019
Títulos e Créditos a Receber – LP	13.208.868	41.110.048
	13.208.868	41.110.048

Trata-se de saldo de valores em negociação relativos uso da marca "Santa Casa de Santos" e demais ativos oriundos da dissipação do Plano junto ao Hospital Santa Casa em 96 (noventa e seis) parcelas mensais de R\$ 417 mil cada uma, com reajustes anuais, mediante cessão de direitos de uso da marca do fornecedor a Operadora pelo mesmo prazo de tempo, cujo início ocorreu em abril de 2017. No exercício de 2019, referido acordo foi repactuado, com o incremento de novos valores sendo formalizado aditivo contratual, que resultou em um aumento de R\$ 231 mil nos valores das parcelas e totalizando R\$ 648 mil. A Administração, conforme cronograma contratual realizará o saldo remanescente de forma antecipada em até 36 meses subsequentes.

8. ATIVO IMOBILIZADO

DESCRIÇÃO DA CONTA	TAXAS	2020	2019
Instalações	10	456.796	454.971
Máquinas e equipamentos	10	81.067	65.914
Equipamentos de informática	20	614.051	580.878
Móveis e Utensílios	10	1.382.670	1.111.859
Veículos		156.972	156.972
Moto	20	7.900	7.900
Van	25	149.072	149.072
Imobilizações em andamento (*)	10	24.880.239	3.195.998
Total Custo		27.571.795	5.566.592
(-) Depreciação Acumulada		(1.181.105)	(873.393)
Total Imobilizado		26.390.690	4.693.200

DESCRIÇÃO DA CONTA	2019	AQUISIÇÕES	BAIXAS	DEPRECIÇÕES	2020
Instalações	301.318	1.825	1.825	(45.651)	257.492
Máquinas e Equipamentos	54.398	15.153	15.153	(7.666)	61.884
Equip. de Proc. Eletr. de Dados	191.983	33.173	33.173	(93.052)	132.104
Móveis e Utensílios	820.403	270.811	270.811	(122.495)	968.719
Veículos	129.099	-	-	(38.848)	90.251
Benfeitorias (*)	3.194.706	21.684.441	21.684.441	-	24.879.147
Biblioteca	1.494	-	-	(200)	1.093
Total de Imobilizado	4.693.200	22.005.403	22.005.403	(307.913)	26.390.690

(*) Benfeitorias: a Operadora firmou contrato de parceria com o Hospital Irmandade Santa Casa de Santos (SCS), sua principal rede credenciada, onde realizou investimentos financeiros para melhorias das instalações, construção de novas alas e setores, bem como a aquisição de equipamentos novos ou realizadas manutenções de equipamentos de propriedade da SCS e em contra partida a SCS destinará alas e setores, além de dar prioridade nos atendimentos e internações dos beneficiários da Operadora naquela rede credenciada. O prazo de duração do contrato é de 10 anos, podendo ser renovado de acordo com a realização de novos investimentos e tem multa rescisória proporcional ao prazo do contrato.

9. INTANGÍVEL

DESCRIÇÃO DA CONTA	TAXAS	2020	2019
Sistema de Computação	20	129.901	136.738
Total Custo		129.901	136.738
(-) Amortização Acumulada		(103.290)	(82.779)
Total Intangível		26.611	53.959

DESCRIÇÃO DA CONTA	2019	AQUISIÇÕES	BAIXAS	AMORTIZAÇÕES	2020
Sistema de Computação	53.959	-	-	(27.348)	26.611
Total Intangível	53.959	-	-	(27.348)	26.611

10. PROVISÕES TÉCNICAS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

PROVISÕES DE PRÊMIOS/CONTRAPRESTAÇÕES NÃO GANHAS	31/12/2020	31/12/2019
Plano Individual	6.223.672	6.240.475
Plano Coletivo P/Adesão	8.863	9.319
Plano Individual Odontológico	24.550	30.799
Plano empresarial	8.530	5.933
	6.265.614	6.286.525
PROVISÕES DE EVENTOS E SINISTROS A LIQUIDAR - SUS	31/12/2020	31/12/2019
Ressarcimento SUS – ABI	1.431.997	1.915.101
Ressarcimento SUS – Parcelamento	819.004	466.665
	2.251.001	2.381.766
PROVISÕES DE EVENTOS E SINISTROS A LIQUIDAR - PRESTADORES	31/12/2020	31/12/2019
Rede credenciada	12.722.373	13.341.999
	12.722.373	13.341.999
PROVISÃO PARA EVENTOS/SINISTROS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS - PEONA	31/12/2020	31/12/2019
PEONA	6.802.817	7.029.222
	6.802.817	7.029.222

Em 2020 o valor apresentado está de acordo com a Nota Técnica Atuarial da PEONA, calculada pela metodologia de avaliação dos fatores de crescimento por triângulo de Run-Off, a qual foi aprovada em 03/12/2015 através de ofício nº 2046/2015/GGAME(COATU)/DIOPE/ANS referente processo nº 33902542480/2015-81.

A operadora possui o montante de R\$ 24.914.369 em aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas como ativo garantidor.

10.1. ATIVOS GARANTIDORES

Ativos Garantidores (R\$)		dez/20
Lastro	Total de Ativos Garantidores	24.914.369
	Necessidade de Lastro	19.525.190
	Situação	Suficiente
	Valor de Insuficiência	R\$ 0,00

11. DÉBITOS DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

CONTRAPRESTAÇÕES RECEBIDAS ANTECIPADAMENTE	31/12/2020	31/12/2019
Contraprestações Recebidas	170.666	326.690
Faturas Plano Empresa	-	103.209
Demais valores	1.252	703
	171.918	430.602

Esse montante refere-se a Depósito de Beneficiários escriturado do Plano de Saúde de Contraprestação Pecuniárias Recebidas.

COMERCIALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE	31/12/2020	31/12/2019
Débitos de comercialização	555.851	872.841
Faturas Plano Empresa	-	-
Demais valores	-	-
	555.851	872.841
Total de débitos de operações de assistência a saúde	727.769	1.303.443

12. TRIBUTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	31/12/2020	31/12/2019
ISS - Prefeitura municipal de Santos	118.189	155.380
Contribuições Previdenciárias	210.604	209.972
FGTS	46.405	39.598
PIS S/Folha de pagto	7.515	6.255
Impostos e Contribuições retidos	1.117.947	1.428.388
	1.500.660	1.839.593

A Lei complementar nº 874/2015 foi revogada tacitamente pela Lei complementar nº 1003/2018, de forma que a isenção de ISS anteriormente prevista não é mais aplicável, em novembro de 2018 a comunicação foi expressamente direcionada ao Plano de Saúde da Santa Casa de Santos de forma que, os valores passaram a ser recolhidos em 2019 e conseqüentemente em 2020.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimo Santander	-	1.800.000
Empréstimo Sicoob	-	9.378.061
Financiamento para aquisição de ativos	-	67.399
Duplicatas Descontadas – Sifra	1.117.981	-
	1.117.981	11.245.460

Em 2020 foram quitados todos os empréstimos e houve a venda de títulos a receber em forma de Duplicatas Descontadas.

14. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A Operadora procedeu com Ajuste de Exercício Anterior no montante de (R\$ 4.932.368) contabilizados no Patrimônio Líquido.

	31/12/2020	31/12/2019
Reversão de PPSC	1.269.504	1.269.504
Negociações de Mensalidades	(5.441.640)	(211.680)
Outros ajustes	(760.232)	(797.432)
	(4.932.368)	260.392

15. PATRIMÔNIO SOCIAL

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio Social	51.574.481	56.506.849
Ajustes Exercício anterior	-	260.392
Reservas de superávits/déficits	58.444	(196.455)
	51.632.925	56.570.786

16. RECEITAS COM OPERAÇÕES DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

	31/12/2020	31/12/2019
Planos Individuais/Familiares antes da Lei	16.313.793	16.485.989
Planos Individuais/Familiares pós da Lei	118.656.283	112.540.457
Planos Coletivos por Adesão antes da Lei	579.098	598.691
Planos Coletivos por Adesão depois da Lei	84.581.300	86.128.243
Planos Coletivos Empresariais antes da Lei	-	-
Planos Coletivos Empresariais depois da Lei	92.982.120	93.253.821
Planos Individuais/Fam. Odontol. depois da Lei	590.593	761.038
Planos Coletivos Odontológico depois da Lei	46.534	44.615
(-) Contraprestação de Corresponsabilidade	(3.671.844)	(2.241.071)
(-) Outras Deduções da Contraprestação	-	-
	310.077.877	307.571.783

17. EVENTOS INDENIZÁVEIS

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas c/Eventos Planos Ind/Fam. antes Lei	17.724.819	17.121.637
Despesas c/Eventos Planos Ind/Fam. depois Lei	82.520.026	81.457.596
Despesas c/Eventos Planos Col. Ad. antes Lei	412.188	345.745
Despesas c/Eventos Planos Col. ad. depois Lei	65.960.000	75.627.227
Despesas c/Eventos Planos Empresarial antes Lei	-	-
Despesas c/Eventos Planos Empresarial depois Lei	86.589.552	93.653.447
	253.206.586	268.205.651

Atendendo as exigências da Agência Nacional de Saúde Suplementar demonstração detalhada dos registros de Eventos Indenizáveis:

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares antes da Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111101 e 41121101.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	1.308.309	-	-	1.308.309
Exames	-	1.746.817	-	-	1.746.817
Terapias	-	94.558	-	-	94.558
Internações	-	11.999.205	-	-	11.999.205
Outros Atend.	-	257.001	-	-	257.001
Demais Despesas	-	2.318.929	-	-	2.318.929
TOTAL	-	17.724.819	-	-	17.724.819

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Carteira de Planos Individuais/Familiares pós Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111102 e 41121102.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	7.909.622	-	-	7.909.622
Exames	-	8.220.382	-	-	8.220.382
Terapias	-	1.511.386	-	-	1.511.386
Internações	-	49.301.035	-	-	49.301.035
Outros Atend.	-	1.321.309	-	-	1.321.309
Demais Despesas	-	14.256.292	-	-	14.256.292
TOTAL	-	82.520.026	-	-	82.520.026

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos por Adesão antes da Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111103 e 41121103.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	45.858	-	-	45.858
Exames	-	51.518	-	-	51.518
Terapias	-	6.915	-	-	6.915
Internações	-	257.158	-	-	257.158
Outros Atend.	-	11.461	-	-	11.461
Demais Despesas	-	39.276	-	-	39.276
TOTAL	-	412.188	-	-	412.188

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos por Adesão Pós Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111104 e 41121104.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	5.075.619	-	-	5.075.619
Exames	-	6.540.391	-	-	6.540.391
Terapias	-	594.168	-	-	594.168
Internações	-	42.648.061	-	-	42.648.061
Outros Atend.	-	1.024.465	-	-	1.024.465
Demais Despesas	-	10.077.296	-	-	10.077.296
TOTAL	-	65.960.000	-	-	65.960.000

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais antes da Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111105 e 41121105.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	-	-	-	-
Exames	-	-	-	-	-
Terapias	-	-	-	-	-
Internações	-	-	-	-	-
Outros Atend.	-	-	-	-	-
Demais Despesas	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-

Cobertura Assistencial com Preço Pré Estabelecido - Planos Coletivos Empresariais pós Lei.

O total geral faz cruzamento com o somatório das seguintes contas: 41111106 e 41121106.

Descrição	Rede Própria	Rede Contratada	Reembolso	Intercâmbio Eventual	TOTAL
Consulta Médica	-	8.473.783	-	-	8.473.783
Exames	-	10.957.488	-	-	10.957.488
Terapias	-	1.525.786	-	-	1.525.786
Internações	-	47.318.559	-	-	47.318.559
Outros Atend.	-	1.441.979	-	-	1.441.979
Demais Despesas	-	16.871.957	-	-	16.871.957
TOTAL	-	86.589.552	-	-	86.589.552

18. PROVISÕES DE EVENTOS OCORRIDOS E NÃO AVISADOS (PEONA)

Em 03/12/2015 foi aprovado sob processo nº 33902542480/2015-81 a metodologia proposta a ANS da Nota Técnica atuarial da Provisão de Eventos Ocorridos e Não avisados

19. DESPESAS DE COMERCIALIZAÇÃO

	31/12/2020	31/12/2019
Comissões s/Operações de Assist. a Saúde	7.974.333	7.694.983
	7.974.333	7.694.983

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com Pessoal Próprio	9.156.915	8.258.156
Despesas com Serviços de Terceiros	7.927.726	6.414.601
Despesas com Localização e Funcionamento	4.880.866	4.468.506
Despesas com Publicidade e Propaganda	1.305.373	872.093
Despesas com Tributos	921.930	1.010.481
Despesas com Multas Administrativas*	1.283.890	-
Despesas Administrativas Diversas**	12.760.022	11.964.223
	38.236.722	32.988.060

* Referem-se a NIPs e multas geradas pela ANS

**Referem-se Despesa com contrato de gestão R\$ 6.021.442,32 e contrato de uso da marca R\$ 4.069.677,06, custas processuais R\$ 382.055,85, publicações R\$ 121.031,60, programa de incentivo ao desligamento de funcionários R\$ 562.506,67 e demais valores R\$ 1.603.308,72 que totalizam as despesas diversas.

21. RESULTADO FINANCEIRO

RECEITAS FINANCEIRAS	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com Depósitos Bancários a Prazo	729.269	1.333.304
Receitas Financeiras Diversas	1.644.747	1.309.686
	2.374.016	2.642.989

DESPESAS FINANCEIRAS	31/12/2020	31/12/2019
Despesas com Aplicações Financeiras	38.238	-
Despesas Financeiras c/Opera. de Assist. Saúde	1.482.031	1.440.100
Outras Despesas Financeiras	430.818	720.189
	1.951.087	2.160.289
Resultado financeiro líquido	422.928	482.701

22. PROVISÕES TÉCNICAS ATUARIAIS

A Resolução Normativa 209/2009 estabelece regras para constituição das provisões técnicas PMA (Patrimônio Mínimo Ajustado), Margem de Solvência, PEONA (Provisão de Eventos Ocorridos e não avisados) e a Resolução Normativa 227/2010 estabelece regras para PEAL (Provisão de Eventos a Liquidar) e alterações posteriores.

22.1. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO

Cálculo do Patrimônio Líquido Ajustado	
Patrimônio Líquido	51.632.925
Deduções (data-base do parecer)	50.815
Patrimônio Líquido Ajustado	51.582.110

22.2. MARGEM DE SOLVÊNCIA

Análise de suficiência dos Recursos Próprios Mínimos	
Patrimônio Líquido Ajustado	51.582.110
Necessidade de Recursos Próprios Mínimos	Margem de Solvência
Margem de Solvência Total	84.419.190
Proporcionalidade da Margem de Solvência	85,28%
Margem de Solvência Parcial	71.992.685
Despesas com programas aprovados	-
Margem de Solvência exigida	71.992.685
Verificação de suficiência	Insuficiente

Recursos Próprios Mínimos		dez/20
Margem de Solvência	PL Ajustado	51.582.110
	Necessidade de Recursos Próprios Mínimos	71.991.686
	Situação	Insuficiente
	Insuficiência	(20.410.576)

22.3. PROVISÕES TÉCNICAS

Provisões Técnicas	
PEONA Outros Prestadores	6.802.817
PEONA SUS	-
Provisão para Remissão	-
PESL Outros Prestadores (Beneficiários OPS)	12.722.373
(-) Depósitos Judiciais - Eventos/Sinistros	-
PESL Outros Prestadores (Corresponsabilidade Assumida)	-
(-) Créditos a receber de corresponsabilidade assumida	-
PESL SUS	4.442.694
(-) PESL SUS Parcelada	3.010.697
(-) PESL SUS ABI's x %hc - Índice de Adimplência	1.431.997
(-) PESL SUS suspensa com mais de 5 anos de vencimento	-
(-) Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	-
PIC (Provisão para Insuficiência de Contraprestações)	-
Outras Provisões Técnicas	-

23. RECONCILIAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

FLUXO DE CAIXA INDIRETO	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) do período	254.898	(2.687.945)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	(8.905.178)	(9.008.166)
Depreciação e amortização	315.933	299.361
Recuperações de crédito	-	(1.374.740)
Contrato de Gestão	-	(6.021.442)
Ajustes de exercícios anteriores	(5.192.760)	(134.885)
Ajuste patrimoniais - 4.4.1.9 PPSC	(3.313.276)	(1.776.490)
Outros ajustes	(715.075)	31
Redução (aumento) do ativo	22.183.061	(23.971.647)
Aplicações financeiras	(4.033.916)	(2.194.842)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	2.955.606	1.350.558
Créditos tributários e previdenciários	(77.955)	(63.783)
Bens e títulos a receber	11.953.222	(18.936.903)
Despesas antecipadas	(5.244)	1.025
Realizável a longo prazo	11.391.348	(4.127.702)
Aumento (redução) do passivo	(7.629.868)	26.105.567
Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	(997.709)	3.515.080
Débitos de operações de assistência à saúde	(575.673)	401.506
Tributos e encargos sociais a recolher	(338.933)	955.915
Débitos diversos	(6.548.565)	7.741.477
Passivo não circulante	831.012	13.491.588

Geração (Utilização) de caixa proveniente das atividades operacionais	5.902.913	(9.562.191)
Atividades de Investimento		
(-) Pagamentos de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(2.108.452)	(1.951.993)
(-) Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(300)	(300)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(2.108.752)	(1.952.293)
Atividades de Financiamento		
(+) Recebimento Empréstimos/Financiamentos	58.306.341	118.453.960
(+) Títulos (Recebíveis) Descontados	7.976.383	-
(-) Pagamentos de Juros e Encargos sobre Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(648.380)	(585.227)
(-) Pagamentos de Amortização de Empréstimos/Financiamentos/Leasing	(69.916.095)	(106.647.851)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(4.281.751)	11.220.882
Varição Líquida do Caixa	(487.590)	(293.601)
Caixa - Saldo Inicial	2.295.630	2.589.231
Caixa - Saldo Final	1.808.039	2.295.630

24. SEGUROS

Seguradora	Apólice nº	Cobertura	Valor Cobertura	Vigência
Chubb Seguros Brasil S.A	30.10.0014791-28	Responsabilidade Civil	20.000.000	27/04/2020 a 27/04/2021
Mafre Seguros Gerais S.A.	4356/0001206/18	Seguro Predial	31.720.000	21/01/2021 a 21/01/2022
Zurich Minas Brasil Seguros S.A.	27	Seguro Predial Ana Costa	8.980.000	17/06/2020 a 17/06/2021
Suhai Seguradora S/A	1003106314854	Seguro Moto	7.000	12/07/2020 a 12/07/2021
Sul América Cia Nacional de Seguros	4133519-0	Seguro Veículo	100.000	12/07/2020 a 2/07/2021

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.


PAULO WIAZOWSKI FILHO
 PRESIDENTE


ALINE DA SILVA SIMÃO
 CRC 1SP277653/O-3
 CONTADORA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 13.001.218/0001-02, nos termos da legislação vigente e de acordo com o Estatuto Social da associação reuniu-se em 18 de Março de 2021 para examinar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas, correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2020, após terem procedido as verificações e diligências que se fizeram necessária, são de parecer que as referidas peças Contábeis sejam aprovadas pela Assembleia Geral Ordinária.

Santos, 18 de Março de 2021

Sr. Tiago de Oliveira Alves Queiroz

Sr. Fabio Luiz Isoldi

Sr. Constantino Kader Conde

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores e Administradores da

ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS

Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS** (Operadora), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado/superávit, das mutações do patrimônio líquido/social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos de ajustes que poderiam advir dos assuntos descritos nos parágrafos Base para opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ASSOCIAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE DA SANTA CASA DE SANTOS**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicável às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião ênfase.

Ênfase

Outros Créditos: Conforme o descrito na nota explicativa 6 (no grupo do Ativo Circulante) e nota explicativa 7 (no grupo Ativo não circulante) as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2020 apresentam montantes que somam o valor de R\$ 21.525 mil, relativos a créditos e que estão sendo realizados em noventa e seis parcelas mensais de R\$ 648 mil cada uma, com reajustes anuais, mediante cessão de direitos do uso da marca do fornecedor. Referido contrato vem sendo cumprido conforme cronograma contratual de amortização espera-se sua realização antecipada em até 36 meses subsequentes.

Benefitorias em Propriedade de Terceiros: Conforme descrito na nota explicativa 8, a Operadora firmou contrato de parceria com o Hospital Irmandade Santa Casa de Santos (SCS), sua principal rede credenciada, onde realizou investimentos financeiros para melhorias das instalações, construção de novas alas e setores, bem como a aquisição de equipamentos novos ou realizadas manutenções de equipamentos de propriedade da SCS e em contra partida, a SCS destinará alas e setores, além de dar prioridade nos atendimentos e internações dos beneficiários da Operadora naquela rede credenciada. O prazo de duração do contrato é de 10 anos, podendo ser renovado de acordo com a realização de novos investimentos. Os valores serão depreciados pelo mesmo prazo do contrato.

Continuidade Operacional: Conforme Nota Explicativa 22, a Operadora apresenta Margem de Solvência insuficiente, todavia apresentou superávit no exercício, Capital Circulante Líquido positivo e diminuição no

índice de sinistralidade, mesmo em tempos de Pandemia onde notadamente, a economia no setor de saúde suplementar recuou de forma significativa. Visando a garantia normal das atividades da Operadora, a Administração vem adotando medidas, buscando soluções visando a obtenção de adequados níveis de operações e de rentabilidade, que possibilitem a recuperação dos investimentos efetuados. Dentre outras medidas, conforme relatório da administração, a Associação vem tomando, dentre outras, as seguintes ações a) expansão de atendimentos com abertura de consultório na cidade de Bertioga b) investimentos em tecnologia da informação, notadamente na gestão dos custos médicos, controles financeiros e contábeis, ademais a Associação tem como perspectiva futura estratégias voltadas para redução de sua sinistralidade, reestruturação e redução de custos da Rede de Atendimento e Agregação de novos produtos, por fim, existe a perspectiva por parte da administração em ações voltadas as áreas chaves da Operação, como Auditoria Médica, Marketing, Comercial e Promoção à Saúde e Prevenção a doenças. A continuidade futura da Operadora depende do sucesso das medidas citadas acima, que estão e/ou que venham a serem implementadas pelos seus Administradores, resultando na obtenção futura de adequados níveis de operações e de rentabilidade, que possibilitem a recuperação dos investimentos efetuados, bem como da continuidade da busca de soluções administrativas e financeiras que garantam o sucesso da Operadora no futuro. As demonstrações contábeis não contemplam quaisquer ajustes decorrentes desse assunto e foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Operadora.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas

com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Guarulhos, 30 de março de 2021.

SIDNEI OLIVEIRA

Sidnei de Oliveira
CRC 1 SP 160.765/O-1



Assinado de forma digital por SIDNEI OLIVEIRA
Dados: 2021.03.30 14:56:50 -03'00'